



Notas de Leitura

Jean Marc Bikoko. *Le syndicalisme à la croisée des chemins – 50 ans après le début des indépendances en Afrique*, Paris, L'Harmattan, 2012, 168 pp.

Maciel Santos

p. 163-166

Mesmo se mais nada a recomendasse, a publicação de um estudo sobre o sindicalismo africano da autoria de um sindicalista africano seria sempre de registar. No caso da obra de Jean Marc Bikoko, o interesse aumenta porque se trata de uma síntese à escala continental e porque se apresenta como um documento estratégico.

Na altura da publicação (2012) o professor Bikoko já era o presidente da Central Sindical do Sector Público (CSP) dos Camarões. A sua carreira de sindicalista inclui transferências forçadas do seu posto de trabalho, suspensões de vencimentos e outras arbitrariedades como prisões ilegais (a de 15/9/2015 está documentada em vídeo)¹. Baseando-se na experiência direta e na perspectiva comparada que esta lhe proporcionou, o autor propôs-se redigir um manual prático (“ouvrage utilitaire”) com dois grandes objectivos: explicar como o sindicalismo africano enfraqueceu ao longo dos 50 anos pós-coloniais (interna e internacionalmente)² e propor, com base nesse diagnóstico, um plano estratégico para os próximos 50 (!) anos. Há portanto duas partes: uma sobre o passado (“A memória”) e outra sobre o futuro (“A visão”).

1. O passado

1.1. O passado “*bom*” (1919-1960)

Para contrastar com a presente fragilidade política e social dos sindicatos africanos, Bikoko recorda como em numerosos territórios, que eram então colónias europeias, as organizações dos trabalhadores se formaram *antes* dos partidos nacionalistas e até os levaram a reboque (casos, entre outros, do Mali, da Nigéria, da Guiné-Conakry, da África do Sul, Camarões, etc. O autor inclui neste argumento três casos um pouco híbridos³: em Marrocos e no Egito, sabe-se que as primeiras centrais sindicais (respetivamente, UMT e MTWU) foram mais um efeito do que um factor dos partidos nacionalistas; no da Costa do Marfim, o SAA de Houphouet-Boigny não era sequer uma verdadeira organização de assalariados (era mais uma associação da pequena burguesia rural e dos pequenos cultivadores de cacau). Anteriores ou não aos partidos, fossem eles verdadeiros sindicatos de assalariados ou aglomerados inter-classistas, é sabido que houve uma parceria entre as organizações de trabalhadores e o nacionalismo africano contra o inimigo comum, a administração colonial. No caso dos territórios franceses, a formação do movimento político RDA em 1946 serviu de catalizador dessa simbiose, com vários exemplos descritos no capítulo 4.

¹ www.jeuneafrique.com/264839/societe/cameroun-lactiviste-jean-marc-bikoko-arrete-toujours-detenu-a-yaounde.

² “Le syndicalisme est resté le dindon de la farce, ne jouant plus qu’un rôle de faire valoir” BIKOKO, 2012.

³ Bikoko omite, em contrapartida, casos com pleno cabimento nesta categoria, como os da Zâmbia (Rodésia do Norte) ou do Sudão.

1.2. O passado “mau” (1960-1990)

No capítulo 5, que trata da situação pós-independências, Bikoko apresenta a fatura que as organizações de trabalhadores pagaram pela aliança com os movimentos nacionalistas entretanto chegados ao poder: a governamentalização dos sindicatos. Apesar de esta ter começado “positivamente”, isto é, dando cargos políticos aos sindicalistas (que em muitos novos Estados ocuparam postos governamentais, desde as secretarias de Estado às presidências das repúblicas), foi acelerada a transformação dos sindicatos em correias de transmissão dos governos. Assim aconteceu na Tanzânia, Egito, Camarões ou Angola (só para citar um exemplo por cada área linguística oficial). Onde se mantiveram como órgãos de classe (Burkina Faso, Tunísia, etc.) os sindicatos tornaram-se alvo de repressão permanente. Talvez a maior limitação deste capítulo seja a falta de uma explicação para esta evolução. Como articular os processos de controlo/repressão sindical com os – igualmente generalizados em África – fenómenos de tutela neo-colonial e governos de partido único, também referidos por Bikoko? O capítulo 7 refere as conjunturas do mercado mundial em que se desenrolou a história sindical africana dos últimos 50 anos: o *boom* e a queda das cotações das matérias primas, que na década de 1980 arrastou a das taxas de crescimento, as descapitalizações e o aumento das dívidas públicas. Devido à pressão dos credores internacionais (FMI, Banco Mundial, etc.) sobre os orçamentos públicos, várias instituições inicialmente deixadas pela ordem neo-colonial em África – nas quais se incluíam muitas empresas estatais e os sindicatos “oficiais” enquanto instrumentos de controlo – já não tinham condições para continuar. A redução da despesa pública implicou, como se sabe, o fim das “transferências e subvenções” que mantinham muitos empregos na função pública (atingindo os sindicatos aí implantados) e também o fim da prática do *check-off* (dedução das quotas sindicais pelos empregadores). Deste modo, pior ainda que a tutela que os governos lhe puseram, estava a circunstância de a sorte dos sindicatos africanos estar *diretamente* ligada à das administrações públicas africanas. Sindicatos governamentalizados e aparelhos de estado inflacionados durante a fase de alta das cotações; sindicatos fracos e aparelhos de estado reduzidos durante a fase de recessão. Bikoko sabe-o, embora não conclua explicitamente: a vulnerabilidade dos sindicatos ao poder do capital internacional foi nos últimos 50 anos idêntica à dos estados de partido único, igualmente criaturas dessa ordem internacional.

1.3. Um primeiro “renascimento” (1990-2000)

O efeito dos programas de ajustamento impostos pelos credores foi portanto duplo: acabaram com os Estados de partido único e *portanto* abriram a possibilidade de se reorganizarem sindicatos de classe autónomos. Uma possibilidade não é uma realidade. Nos capítulos 6 e 7, são referidos seis fenómenos deste tipo (Tanzânia, Quênia, Egito, Argélia, Mali e Camarões), bem como outros seis, igualmente da década de 1990, em que se verificou, por parte de antigas centrais “governamentalizadas” (Nigéria, Zâmbia, Zimbabwe, Gana, Níger e Camarões), uma nova atitude conflitual face aos programas externos de “reestruturação”. No entanto, relativamente à correlação social de forças, pouco parece ter mudado em qualquer dos casos. Porquê? “Mal preparadas”, “com falta de alternativas credíveis”, as novas centrais sindicais (novas ou recicladas) “assistiram impotentes” à continuação das privatizações de empresas e dos despedimentos em massa. Bikoko diz mesmo que desiludiram os seus militantes e, com isso, contribuíram involuntariamente para a queda das taxas de sindicalização. Resta acrescentar que ao promoverem os desdobramentos sindicais, os

processos de emancipação acabaram por tornar a classe trabalhadora africana ainda mais indefesa perante o capital (nacional e internacional).

2. O futuro

O capítulo 9 começa pela descrição das características do movimento sindical africano atual, depois de ter sofrido a história atribulada acima resumida. Sinteticamente, as instituições sindicais africanas – da base às confederações – sofrem de:

- má organização e deficiência de equipamentos (0,05 % das centrais ou sindicatos tem acesso à *Internet*);
- desadaptação dos sindicatos à sua população-alvo – muitos dos trabalhadores no ativo estão em setores informais e portanto desorganizados;
- falta de preparação dos seus quadros – sobretudo no que respeita a conhecimentos políticos e de informática –, havendo 80 % de infoexcluídos entre os delegados sindicais (mas de que universo? Bikoko não dá aqui exemplos)⁴;
- continuação da dependência financeira em relação a patronos (Estado ou doadores internacionais);
- ausência de redes de solidariedade (nacional/internacional), especialmente pan-africanas.

Face a este quadro, o que propõe o autor?

a) uma reorganização a nível nacional

A base proposta são as federações por setor de atividade. Estas federações deverão não apenas elaborar planos estratégicos setoriais como formar internamente quadros e captar recursos. Em cada estado, as federações setoriais deverão agrupar-se em três confederações sindicais: do setor público, do privado e do informal. Infelizmente nada é explicado sobre esta última, que constituiria uma verdadeira novidade.

As três confederações, por seu turno, deverão estabelecer uma plataforma inter-sindical. Bikoko adverte que este não é um esquema de aplicação universal e que se deve sempre considerar as especificidades de cada país. No entanto, confia em que um organigrama deste tipo contribuiria para terminar de vez com os desdobramentos sindicais.

b) a capacitação dos quadros sindicais

Não há correspondência, diz o autor, entre o papel que as organizações sindicais mantêm nos países africanos (onde continuam a ser as grandes instituições da sociedade civil) e a falta de preparação técnica dos seus quadros (sem “noções elementares de dívida pública, de políticas monetárias e fiscais”, etc.). Bikoko insinua que mesmo que tivessem poder negocial, os quadros sindicais não o saberiam usar eficazmente⁵. A sua formação tornou-se, portanto, uma prioridade e nos seus planos estratégicos os sindicatos deverão estabelecer cursos de todos os níveis de ensino. Entre estes, e dada a multifuncionalidade de que se reveste, estão os das tecnologias de informação. Porquê? Principalmente porque através dos seus próprios *media* os sindicatos poderão finalmente atingir a sua população-alvo, especialmente as categorias profissionais até então inacessíveis (empregados superiores, expatriados, jovens do sector informal, etc.). Será igualmente através da informatização dos seus dados que poderão implementar ações de mobilização (criando *websites* e redes sociais para enviar ciber-informações e ciber-

⁴ Bikoko, 2012: 124.

⁵ Bikoko, 2012: 121-22.

-organizar piquetes de greve – fundamentais em contextos de informação controlada pelos governos). Como se sabe, mesmo nos países ditos desenvolvidos, tudo isto está no princípio.

c) independência orçamental

Nenhuma inovação será possível sem a captação de recursos que se possam utilizar sem restrições nem chantagens políticas. Impõe-se inverter a baixa taxa de sindicalização empregando campanhas de mobilização e alterando os velhos métodos de cobrança. E mais: criando movimentos de “fundraising”, elaborando candidaturas a fundos internacionais (ONU, EU), entrando em setores comerciais lucrativos como a restauração, o investimento imobiliário e até exigindo de novo as famigeradas “subvenções”.

Tirando tudo o que de potencialmente incerto e até perigoso se enumera nestas alíneas (especialmente para organizações que necessitam antes de mais de recuperar credibilidade para crescer junto da sua base natural), há certamente aqui sugestões que inovam as práticas habituais.

d) interação/aliança com o setor informal

É através do movimento cooperativo que Bikoko preconiza a articulação entre as organizações sindicais e o resto da sociedade africana. Continuando a reivindicar a criação de uma segurança social universal, afirma que as cooperativas e o mutualismo podem integrar no interior do sistema formal da classe trabalhadora milhões de trabalhadores não assalariados e da economia subterrânea. Enquanto organizações de classe, as centrais sindicais devem deixar de fazer apenas “sindicalismo”, isto é, reivindicações setoriais/corporativas, para passarem a implementar verdadeiras alianças inter-classistas com a restante sociedade civil. Isto implica o estabelecimento da cooperação com outras associações: ONG’s, organizações de mulheres, movimentos de jovens, confrarias e instituições religiosas, etc.) Deve salientar-se que o que Bikoko preconiza para alargar a base política dos sindicatos já existiu mas não em África. É uma solução semelhante à contra-sociedade que o movimento operário europeu, no período anterior à I Guerra, tendia a criar em cada país. Será através desta nebulosa de instituições anti-capitalistas que se poderá resistir e, em seguida, transformar a ordem mundial imposta.

e) criação de uma organização sindical pan-africana

Aqui, a base serão as plataformas nacionais agrupadas nas respectivas organizações inter-regionais africanas já estabelecidas: CEEAC, CEDAO, SADCC, etc. Reivindicando que nestes organismos se institua o tri-partismo regulamentar da OIT (sindicatos-patrões-governos), poder-se-á avançar na integração internacional das redes sindicais pan-africanas. Daqui poderá avançar-se para um Comité Sindical africano, verdadeira plataforma continental, que substituirá a “moribonde OUSA”⁶.

Uma coisa é certa: as propostas de Bikoko podem não funcionar todas mas, do ponto de vista dos interesses da classe trabalhadora africana, o *statu quo* vigente também não funciona. Cabe, é fácil dizê-lo, à prática e à reflexão das novas gerações de militantes desmentir-las ou desenvolvê-las.

⁶ Bikoko, 2012: 129.